

RESENHA

A descolonização portuguesa e as batalhas da memória

Portuguese decolonization and the battles of memory

La descolonización portuguesa y las batallas de la memoria

Maria Inácia Rezola*

RESENHA DE:

ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Org.). *O Adeus ao Império – 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015.

A independência de Angola é, provavelmente, um dos mais complexos processos da descolonização portuguesa. As palavras proferidas pelo alto-comissário Leonel Cardoso, na cerimónia de transferência de soberania, realizada em Luanda a 10 de Novembro de 1975, são paradigmáticas a este respeito:

Portugal nunca pôs, nem poderia pôr em causa a data histórica de 11 de Novembro, fixada para a independência de Angola, que não lhe compete outorgar, mas simplesmente declarar. Nestes termos, em nome do Presidente da República Portuguesa, proclamo solenemente – com efeito a partir das 0 horas do dia 11 de Novembro de 1975 – a independência de Angola e a sua plena soberania, radicada no Povo Angolano, a quem pertence decidir as formas do seu exercício (cit. in: RIBEIRO, 2007, p. 385).

*Professora Adjunta na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL). <irezola@escs.ipl.pt>

No dia seguinte, já sem a presença de qualquer representante português, os três principais movimentos de libertação angolanos fazem autonomamente as suas proclamações de independência em diferentes pontos do país (Luanda, Ambriz e Nova Lisboa/Huambo), deixando patente que, num país mergulhado já numa guerra civil, a solução encontrada estava longe de ser consensual.

O momento esteve envolvido em grande controvérsia mesmo em Lisboa. De acordo com a posição dominante na Comissão Nacional de Descolonização e no VI Governo Provisório, eram três as hipóteses que se colocavam a este respeito: o reconhecimento do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) como único representante do povo de Angola; o reconhecimento de um governo de unidade nacional, constituído por entidades não directamente ligadas aos movimentos de libertação; a entrega da soberania ao povo angolano. As duas primeiras possibilidades foram descartadas, com base na violação dos acordos do Alvor ou pelo seu manifesto utopismo. Após hesitações de última hora, a opção recaí sobre a terceira hipótese e só a 22 de Fevereiro de 1976 Portugal viria a reconhecer o governo da República Popular de Angola, sendo o 82º país a fazê-lo. As relações entre os dois estados não começavam da melhor forma, fato que ensombrará durante décadas o seu relacionamento.

Quarenta anos passados sobre estes acontecimentos, a imensa atividade editorial acerca dos processos de descolonização portugueses deixa patente que este continua a ser um tema fraturante e que ainda existem feridas na memória colectiva, ou pelo menos em setores da sociedade portuguesa, sobre o fim do então designado império ultramarino. O inquisitorial dedo que pende sobre as cabeças de alguns dos dirigentes político-militares dos anos de 1974-1975 – Costa Gomes, Vítor Crespo, Rosa Coutinho e Melo Antunes –, que domina a capa do livro *Acusamos! A descolonização* (Lisboa, Edição Literal e jornal *O Retornado*, 1976), permanece em riste, alimentando uma literatura que assume um tom polémico e acusatório.

Conscientes das dificuldades em desenvolver um debate sereno sobre o passado colonial e a forma como se procedeu à descolonização, três autores de referência da história contemporânea portuguesa – Fernando Rosas, Mário Machaqueiro, Pedro Aires Oliveira –, congregaram esforços para trazer ao público uma obra colectiva que se propõe, sem qualquer pretensão em esgotar o assunto, revelar trabalhos académicos sobre o tema, numa perspectiva de divulgação.

Sob o sugestivo título *O Adeus ao Império*, numa cuidada edição da Nova Vega, o livro reúne um conjunto de 13 ensaios de especialistas nacionais, africanos e anglo-saxónicos, que nos apresentam, numa óptica transversal e, na maior parte dos casos, inovadora, os aspectos mais significativos da descolonização portuguesa. Ainda que, em nosso entender, alguns desses estudos pequem por não mencionar obras de referência que já existem sobre a temática e o período em apreço, e, ainda, pela compreensível necessidade de síntese que um livro deste tipo pressupõe¹, trata-se de uma obra equilibrada e de grande qualidade.

A par dos expectáveis capítulos dedicados aos processos de descolonização da Guiné (a cargo de António E. Duarte Silva, com importantes dados sobre o destino dos antigos combatentes guineenses que tinham integrado as Forças Armadas Portuguesas), Cabo Verde (da responsabilidade de Ângela Benoliel Coutinho), Moçambique (de Amélia Neves de Souto), Angola (Fernando Tavares Pimenta), São Tomé e Príncipe (Augusto Nascimento) e Timor (Fernando Augusto de Figueiredo), este livro apresenta também uma reflexão sobre “retorno e recomeços” (de Marta Rosales), as visões sobre o fim do império (Bruno Cardoso Reis) ou a descolonização portuguesa no “puzzle internacional” (Pedro Aires Oliveira). Segundo Pedro Oliveira, ainda que o fim do colonialismo português se deva essencialmente a fatores endógenos, é “indiscutível que várias dinâmicas internacionais, ou até mesmo transnacionais, contribuíram para que atores influentes na política e na sociedade portuguesa tomassem consciência dos riscos inerentes a uma resistência cega à descolonização” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 75)

A memória da descolonização não foi esquecida, uma memória “em conflito”, segundo Mário Machaqueiro, sobre a qual, alerta, ainda subsistem muitas interrogações. Partindo da ideia comumente aceita de que “os discursos da memória histórica são discursos de legitimação”, o autor arrisca apresentar uma tipologia das correntes da construção da memória da descolonização portuguesa, baseando-se sobretudo no registo testemunhal dos protagonistas do processo mas não descurando outras fontes (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 233). Um exercício importante, abrindo novas perspectivas sobre a questão,

¹ Veja-se, a título de exemplo, o caso do capítulo dedicado às “Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império” em que o autor prescindiu de referenciar algumas obras já existentes sobre o período em análise ou sobre algumas das figuras que menciona no texto, como, por exemplo, António de Spínola (cf. Rodrigues, Luis Nuno, *Spínola*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010).

que lhe permite concluir que “a recente erupção de memórias de África corresponde, afinal, ao retorno do recalcado na nossa sociedade” deixando patente uma “outra face da nostalgia por uma África colonial” e “o trauma da perda” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 245)

Da autoria de Fernando Rosas, o primeiro capítulo da obra, reveste-se de particular importância ao desmitificar a ideia de que o anticolonialismo foi, desde cedo, uma bandeira das oposições, deixando patente a ambiguidade de algumas das posições assumidas pelos antifascistas portugueses neste domínio. O mote está dado para a desconstrução de outros mitos que, ao longo das últimas décadas, têm dominado a literatura sobre a descolonização.

Malyn Newitt, por exemplo, empenha-se em desconstruir a ideia de que a luta pela independência se circunscreveu a alguns movimentos singulares e decorreu sob o signo da unidade. No caso de Angola, o autor chama a atenção para o fato de em 1960, existirem pelo “menos de 58 organizações nacionalistas angolanas ativas em Leopoldville, atual Kinshasa” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 27). No seu balanço militar nos três teatros de operações, Norrie MacQueen polemiza sobre se houve uma ou várias guerras coloniais, destacando o “equivoco enganador” dos que afirmam ter existido um único “equilíbrio de forças” em África em 1974. Recuperando uma ideia já enfatizada por outros autores, recorda que “foi a política – nacional e internacional – e não a capacidade militar que determinou o curso dos acontecimentos” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 57)

Finalmente, uma referência à “inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe”, da autoria de Augusto Nascimento, provavelmente um dos capítulos mais inovadores da obra, colocando em evidencia como a descolonização “chegou inesperadamente para o comum dos são-tomenses”. Segundo o autor, “a pressupor-se acriticamente a irradiação de sentimentos e de ideias independentistas nas ilhas, coarcta-se a compreensão, não só do que se passou entre 25 de Abril de 1974 e 12 de Julho de 1975, como também da construção do país” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 175)

No seu *Portugal em Transe*, José Medeiros Ferreira observava que “escrever sobre a descolonização é operar num domínio ainda sacralizado da história nacional” (FERREIRA, 1994, p. 53). Da mesma forma, na introdução desta obra que agora vem a lume, Fernando Rosas, Mário Machaqueiro, Pedro Aires Oliveira interrogam-se se, 40 anos

volvidos sobre os acontecimentos, a história conseguiu estabelecer um quadro interpretativo que permita um debate sereno sobre o fim do ciclo imperial português, observando que “talvez ainda não tenhamos chegado a esse ponto” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 11). Partilhando desta posição, não podemos deixar de destacar o importante contributo deste livro para a compreensão da descolonização portuguesa e do Portugal contemporâneo.

Referencias

Acusamos! A descolonização. Lisboa: Edição Literal e jornal *O Retornado*, 1976.

FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe*. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994. Vol. 8.

RIBEIRO, General Gonçalves, *A vertigem da Descolonização*. Da agonia do exôdo à cidadania plena. Lisboa: Inquérito, 2007.

RODRIGUES, Luis Nuno, *Spínola*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Org.). *O Adeus ao Império – 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015.

Recebido: 10 de fevereiro de 2016

Aprovado: 23 de março de 2016

Autora/Author:

MARIA INÁCIA REZOLA <irezola@escs.ipl.pt>

- Professora Adjunta na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL) e investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC-FCSH/UNL). Doutorada em História Institucional e Política Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, com a tese *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)* (Campo da Comunicação, 2006). Tem vários livros e artigos publicados na área da História Contemporânea, incidindo sobretudo sobre as transições democráticas (o 25 de Abril e a revolução portuguesa; a justiça de transição; etc.) e as ditaduras.
- Associate professor at the School for Media and Communication (ESCS-IPL) and Researcher at the Institute of Contemporary History (IHC-FCSH/UNL), at the Universidade Nova de Lisboa. She holds a PhD in Contemporary Political History from Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) with a thesis entitled *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)* (Campo da Comunicação, 2006). She is the author of several scientific papers and books on Contemporary History and her work focus mainly on Democratic Transitions (the Portuguese Revolution; Transitional Justice; etc.) and Authoritarian Regimes.